



ISSN: 0975-833X

Available online at <http://www.journalcra.com>

International Journal of Current Research
Vol. 12, Issue, 04, pp.11167-11175, April, 2020

DOI: <https://doi.org/10.24941/ijcr.38461.04.2020>

INTERNATIONAL JOURNAL
OF CURRENT RESEARCH

RESEARCH ARTICLE

CONHECIMENTO DO ENFERMEIRO ACERCA DO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE INTERIOR DE GOIÁS, BRASIL

1,*RODRIGUES, Alexandre Fernandes da Silva; MEIRELES, Gláucia Oliveira Abreu Batista, REIS, Meillyne Alves dos, MATOS, Marcos André de, MELO, Lígia Bráz, MOURA, Sinara Gomes; SANTOS, Nádia Ferreira Silva, OLIVEIRA, Elizângela Diniz Fernandes, Moraes Filho, IelMarciano de; ARANHA, Tatiana Caexeta, ANDRADE, Juliana Macedo de and Machado, Dieyme Tássia Souza

¹Enfermeiro (a) pelo Curso de Enfermagem no Centro Universitário de Anápolis-Go, UniEVANGÉLICA, Brasil.

²Enfermeiro. Docente na Universidade Paulista - Campus Brasília. Mestre em Ciências Ambientais e Saúde, Brasil

³Enfermeira, Docente do Curso de Enfermagem no Centro Universitário de Anápolis-Go, UniEVANGÉLICA, Mestre em Atenção à Saúde, Brasil

⁴Enfermeiro, Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia-Go, Doutor em Ciências da Saúde, Brasil

⁵Enfermeira. Professora no Centro Universitário de Anápolis-GO, UniEVANGÉLICA, Especialista em Enfermagem do Trabalho, Brasil

⁶Enfermeiro. Docente na Universidade Paulista - Campus Brasília. Mestre em Ciências Ambientais e Saúde, Brasil;

⁷Enfermeira. Docente no Centro Universitário de Anápolis-GO, UniEVANGÉLICA, Especialista em Unidade de Terapia Intensiva, Brasil

⁸Enfermeira. Docente no Centro Universitário de Anápolis-GO, UniEVANGÉLICA, Mestre em Enfermagem, Brasil

⁹Pedagoga, Coordenadora de Ensino e Pesquisa na Santa Casa de Anápolis-GO, Especialista em Neuropsicopedagogia, Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 28th January, 2020

Received in revised form

05th February, 2020

Accepted 28th March, 2020

Published online 30th April, 2020

Key Words:

Rhizobium, Isolation, Biological nitrogen fixing, Nodulation, and Biofertilizers.

ABSTRACT

Objetivo: Descrever o conhecimento dos enfermeiros sobre o gerenciamento dos resíduos de serviço de saúde gerados nas Unidades Básicas de Saúde no município de Anápolis-Goiás. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Foi utilizada a amostra probabilística aleatória simples por sorteio, a partir de uma lista no total de 35 Unidades existentes, da qual foi escolhida a amostra desejada, de 20 UBS no total para atender 57% da assistência atendida no Município de Anápolis GO. A amostra foi composta por 14 enfermeiros (as). Foi utilizado o método de análise a partir da perspectiva de BARDIN (2011). **Resultados:** Através da análise dos dados foram levantadas 4 categorias e 1 subcategoria, sendo elas: Categoria 1: Conhecimento sobre o RSS e a sua dificuldade em classificá-los. Subcategoria 1.1: A falta de estrutura e oferta dos insumos dificultam o fluxo de segregação e manejo dos RSS. Categoria 2: A incerteza sobre o manejo externo e a disposição final dos RSS. Categoria 3: A importância do enfermeiro na elaboração do PGRSS e sua contribuição na assistência de enfermagem indireta. Categoria 4: As ações de enfermagem na educação continuada e permanente para redução dos impactos ambientais causados pela falta do GRSS. **Considerações:** A falta do conhecimento técnico acerca do PGRSS vem de encontro com o pouco contato com as legislações vigentes que abordam essa temática. O conhecimento das leis e resoluções com abordagem ambiental se faz necessário para a prática da assistência segura exercida pelo profissional de enfermagem, com ênfase no enfermeiro. O enfermeiro, como líder da equipe de enfermagem, desempenha um papel importante quanto à orientação e supervisão das etapas relativas ao adequado manejo dos RSS nas UBS, até o seu descarte final. Esse profissional articula-se com os demais atuando, tanto em situações terapêuticas quanto naquelas gerenciais, inclusive, participando das negociações das políticas institucionais, e demais atividades, onde pode-se citar a elaboração do PGRSS. Acredita-se que espaços de reflexão, no cotidiano da assistência, podem produzir mudanças na realidade de trabalho. Essa investigação desperta para a necessidade de implantação de estratégias de educação, objetivando minimizar agravos à saúde e ao meio ambiente oriundos do descarte incorreto dos RSS.

*Corresponding author:

Copyright © 2020, RODRIGUES, Alexandre Fernandes da Silva et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: RODRIGUES, Alexandre Fernandes da Silva, MEIRELES, Gláucia Oliveira Abreu Batista, REIS, Meillyne Alves dos, MATOS et al. 2020. "Conhecimento do enfermeiro acerca do gerenciamento dos resíduos de serviço de saúde nas unidades básicas de saúde interior de Goiás, Brasil", *International Journal of Current Research*, 12, (4), 11167-11175.

INTRODUCTION

Os Resíduos de Serviço de Saúde (RSS) são considerados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) por meio da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 222/2018 como todos os resíduos decorrentes das atividades prestadas pelos geradores no âmbito da saúde humana ou animal, ou seja, é o produto gerado após assistência destinada à saúde nos diversos locais de atendimento. Esta resolução objetiva regulamentar as boas práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviço de Saúde (GRSS) em todas as suas etapas e abrange as instituições que prestam estes tipos de serviços, sejam elas militares, civis, públicas, privadas, filantrópicas e de ensino e pesquisa na área da saúde, independente da esfera administrativa (BRASIL, 2018). Mediante a circunstância atual de crescimento populacional, tem-se como consequência uma maior geração dos resíduos sólidos em geral, onde incluem-se os RSS. Os passivos resultantes dos descartes incorretos despertam a atenção para o comprometimento da biodiversidade através dos impactos ambientais que são gerados pela falta do gerenciamento dos resíduos (BRASIL, 2006). Diante da importante preocupação em preservar o meio ambiente, são evidenciados que os resíduos sólidos e os efluentes líquidos que não recebem tratamento adequado tem grande potencial para contribuir com a degradação ambiental. Neste contexto, os serviços de saúde têm por sua vez participação por gerarem resíduos de diversas características que podem trazer danos ao meio ambiente e à vida humana (SISINNO; MOREIRA, 2005).

Tendo em vista que as pesquisas em proporções numéricas sobre a destinação dos RSS ainda são escassas, estratégias foram adotadas visando o cumprimento de normativas e legislações ambientais, entre elas podemos citar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS) que tem como objetivo a eficiência e a biossegurança, assim o resíduo recebe o manejo adequado desde a sua fonte de geração até a disposição final, respeitando os aspectos ético-legais, contribuindo para a sustentabilidade e preservação do meio ambiente, para diminuir os impactos que os RSS podem causar (SOUZA, 2011). Por meio da Resolução do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) nº 564/2017 que aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. No capítulo II, artigo 60 ressalta que o profissional de Enfermagem tem como dever em seu exercício profissional cumprir com as legislações vigentes relacionadas com a preservação ambiental atuando no GRSS (COFEN, 2017). O manejo dos RSS pode ser definido através de um conjunto de práticas executadas para o gerenciamento destes resíduos, dentro e fora dos estabelecimentos de saúde. Os profissionais de enfermagem destacam-se por serem considerados os que mais manuseiam e geram os resíduos devido a sua atuação profissional. Ainda neste estudo, foram evidenciados que 63,99% dos profissionais de enfermagem submetidos a pesquisa realizavam o manejo dos RSS de forma adequada (OLIVEIRA *et al.*, 2018). O enfermeiro é considerado como um dos profissionais capacitados para participar ativamente na elaboração do PGRSS, quando este atua na Unidade Básica de Saúde (UBS)/Estratégia de Saúde da Família (ESF) deve planejar um conjunto de ações em administração que se tornam fundamentais para todo o processo de gerenciamento dos resíduos, contando com o planejamento das estratégias de manejo e a proteção do trabalhador visto que este profissional está capacitado para realizar o diagnóstico situacional da quantidade de RSS que

gera em sua unidade (COREN/GO, 2017). Segundo a RDC 222/2018, o GRSS é definido como um conjunto de ações planejadas, tecnicamente estabelecidas, embasadas cientificamente e regidas por normativas e leis asseguradas as quais objetivam a minimização da geração de resíduos, promovendo a destinação correta, a segurança do trabalhador que está sendo exposto e conjuntamente ao meio ambiente, oportunizando a preservação da saúde pública e dos recursos naturais finitos (BRASIL, 2018). O presente estudo justifica-se por uma preocupação com o GRSS, sendo estes gerados em quantidade significativa na Atenção Básica (AB) ou UBS, caso não recebam o manejo adequado poderão acarretar em impactos a saúde humana e animal e comprometer o equilíbrio ambiental por se tratarem de resíduos contaminados e potencialmente contaminados (SOUZA, 2011). As pesquisas nesta área são relativamente escassas, o que caracteriza que ainda existe uma falta de adesão/convencimento sobre o tema por parte dos profissionais de saúde, em especial o profissional de enfermagem, por haver diversos desafios e dificuldades a serem trabalhadas acerca do gerenciamento de resíduos que poderá acarretar em danos para o próprio gerador, seja ele profissional de saúde ou não (PEREIRA; SOUZA, 2013). A preocupação em sensibilizar os profissionais e fornecer ferramentas valorosas para os enfermeiros, tem como intenção oferecer maior embasamento técnico científico acerca deste assunto, despertando uma maior preocupação dos profissionais da classe de forma que estes possam ser facilitadores e multiplicadores de conhecimento, na educação ambiental e educação permanente da equipe multiprofissional atuante na UBS, visto que na atualidade as produções científicas acerca deste assunto são voltadas para o ambiente hospitalar, deixando escassas as produções deste mesmo tema voltadas para a AB e UBS.

Este tema tem como alguns princípios o engrandecimento da visão do enfermeiro por se tratar de um assunto que é de extrema importância social, trabalhando de forma sustentável, atingindo metas sanitárias em todos os níveis de esfera, proporcionando o uso consciente dos recursos naturais, impulsionando preservação ambiental, diminuindo riscos à saúde humana e a diversidade biológica. É importante ressaltar que a falta de GRSS, pode contribuir com o uso indiscriminado dos recursos naturais, que poderão ser causadores das crises e impactos ambientais adversos futuros. Os impactos causados pela falta de GRSS podem afetar diretamente o ecossistema, a biodiversidade e a saúde pública. Pensando nisto foram criadas leis e resoluções em níveis nacionais para nortear os geradores a como proceder diante dos passivos gerados após assistência prestada na área da saúde, sendo algumas principais, a política nacional de resíduos sólidos, Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) 356/2005 e Resolução ANVISA 306/2004 que passou por atualização e foi substituída pela RDC 222/2018. A abordagem da AB é caracterizada por um conjunto de ações em saúde visando prevenção, promoção, diagnóstico, tratamento, recuperação e manutenção da saúde individual e/ou da coletividade. Nesta perspectiva entende-se que devido à alta demanda de atendimento da população, estas unidades têm contribuição importante na geração dos RSS que devem ser gerenciados de forma que recebam o manejo ambientalmente adequado, demandando assim o conhecimento dos profissionais atuantes nestes serviços acerca dos documentos legais que vigoram no país, tais como leis, manuais, decretos, entre outros (TEIXEIRA *et al.*, 2018).

No Brasil, os RSS tem uma parcela de contribuição de 2% do volume total de resíduos sólidos em geral que são produzidos diariamente, volume este que tende a aumentar ainda mais com os novos padrões de consumo e geração dos mesmos, caso estes não recebam tratamento adequado desde sua fonte geradora podem severamente causar riscos a biodiversidade, contribuindo para poluição de águas e solos, além dos riscos biológicos à saúde pública, potencializando ainda os riscos de acidentes devido a manipulação inadequada e descartes incorretos (OLIVEIRA *et al.*, 2018). O presente estudo justifica-se por uma preocupação com o GRSS, sendo estes gerados em quantidade significativa na Atenção Básica (AB) ou UBS, caso não recebam o manejo adequado poderão acarretar impactos a saúde humana e animal e comprometer o equilíbrio ambiental por se tratar de resíduos contaminados e potencialmente contaminados (SOUZA, 2011). O enfermeiro tem papel fundamental no gerenciamento dos serviços de saúde e conseqüentemente dos resíduos gerados após a prestação destes serviços, diante disto questiona-se: Qual a percepção do enfermeiro na classificação de resíduos nas etapas do processo de gerenciamento dos RSS? Nesse contexto o estudo objetivou descrever o conhecimento dos enfermeiros sobre o gerenciamento dos resíduos de serviço de saúde gerados nas Unidades Básicas de Saúde no interior de Goiás.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Andrade (2006) consolida que na pesquisa descritiva os fatos são estudados e que não há manipulação e interferência destes pesquisadores. Existem etapas para a realização da pesquisa descritiva tais como as fases de observância dos fatos até a sua interpretação o que é facilitado através do emprego de instrumentos de coleta de dados que permitem a observação sistemática. O estudo foi realizado na cidade de Anápolis, município do interior do Estado de Goiás. Em termos de população o município de Anápolis é considerado terceiro maior do Estado de Goiás com a população estimada em 381.970 habitantes segundo censo de 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade está bem localizada e faz ligação de Brasília à Goiânia através da BR-153 (ANÁPOLIS/GO, 2018; IBGE, 2018). O município de Anápolis conta com 35 (trinta e cinco) UBS distribuídas por toda sua extensão territorial que tem em parte de sua função de realizar atendimento ambulatorial em toda sua área de abrangência definido pelo mapeamento de áreas, em sua composição de equipe temos profissionais de saúde tais como médicos clínicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, onde são ofertados serviços diversos como a consulta de pré-natal, distribuição de medicamentos, agendamentos de consultas e exames, dentre outras atividades preconizadas pelo MS. O funcionamento se dá das 07h às 17h de segunda à sexta-feira. (ANÁPOLIS/GO, 2018). Para a seleção das Unidades de Saúde (UBS) foi utilizada a amostra probabilística aleatória simples por sorteio, a partir de uma lista no total de 35 Unidades existentes, da qual foi escolhida a amostra desejada, de 20 UBS no total para atender 57% da assistência atendida no Município de Anápolis GO. Para realização do sorteio, o pesquisador organizou uma urna contendo a numeração de todas as UBS (35) no Município de Anápolis-Go em ordem crescente, ou seja, UBS 01, 02, 03 e assim sucessivamente. Foram retirados 20 números aleatoriamente da urna, o que correspondeu a amostra desejada.

A coleta de dados ocorreu no período compreendido de agosto à setembro de 2019, a população do estudo foi composta de 14

(quatorze) profissionais Enfermeiros (as) que estivessem atuando no serviço de AB, nas UBS tendo por critérios de inclusão e exclusão pelo menos seis meses de desempenho em suas funções. A participação da pesquisa se deu de forma voluntária nos horários de trabalho dos profissionais que foram entrevistados, garantindo-lhes total liberdade de desistência em participar da pesquisa em todos os momentos do seu desenvolvimento. As entrevistas foram gravadas, organizadas e posteriormente transcritas na íntegra de acordo com as questões propostas no instrumento de coleta de dados e foram suspensas quando ocorreram repetição dos dados. O pesquisador organizou as questões de forma com que o participante entrevistado tivesse liberdade de expressão sobre o tema a ser pesquisado através das perguntas norteadoras elaboradas no instrumento semiestruturado para coleta de dados. O critério de finalização das coletadas de dados adotada foi o enfiamento dos dados, sem novas informações referente ao tema proposto. A saturação teórica pode ocorrer no trajeto da pesquisa, tal problema é caracterizado pela cessação de participantes novos no estudo por haver repetição de dados não havendo pertinência em continuar a coleta (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008). Para avaliar os dados, foi utilizado o método de análise de Bardin, onde o mesmo descreve que o uso de técnicas para análise e a comunicação com o principal objetivo de indicar a influência na formação da imagem (BARDIN, 2011).

A pesquisa envolveu seres humanos e atendeu aos preceitos éticos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares (BRASIL, 2012), que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos. Obteve o parecer favorável via Plataforma Brasil, pelo Comitê de Ética da UniEVANGÉLICA sob o Parecer Nº 3.373.510.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da organização dos dados coletados, foi possível traçar um perfil sociodemográfico dos 14 enfermeiros entrevistados na AB no município de Anápolis-Go, onde se pôde observar a predominância do sexo feminino. A feminização encontrada no presente estudo é compatível com a literatura, que revela ser uma tendência de feminização independente da categoria profissional da área da saúde e, por conseqüência, dos profissionais das equipes de saúde da família (OLIVEIRA; BEZERRA, 2011; LIMA *et al.*, 2016). Quanto à idade das profissionais, um estudo realizado por Costa *et al.*, (2013) em Goiânia, verificou que os trabalhadores tinham em média de idade de 34,74 anos para as enfermeiras, por outro lado, nesta mesma pesquisa, evidenciou-se que 62,6% dos profissionais tinham menos de 30 anos de idade, sendo divergente do presente estudo, pois a relação das idades das profissionais entrevistadas, tiveram variação de 28 à 53 anos, obtendo-se uma média de 37,5 anos de idade das 14 participantes deste estudo. Foi questionado às participantes da pesquisa acerca do tempo em que a profissional (enfermeira) atua dentro do serviço de AB, pois segundo o estudo de Lima *et al.*, (2016), 71,9% dos enfermeiros entrevistados em seu estudo tiveram experiência anterior em ESF, sendo que no presente estudo foi evidenciado apenas a relação do tempo em que a enfermeira atua dentro do serviço de AB ou na UBS. A análise criteriosa dos *corpus*, reuniu as narrativas obtidas dentre todas as entrevistadas e deu origem a 04 (quatro) categorias temáticas e 01 (uma) subcategoria, e são elas: Categoria 1 - Conhecimento sobre o RSS e a sua dificuldade em classificá-los (Subcategoria 1.1 -

A falta de estrutura e oferta dos insumos dificultam o fluxo de segregação e manejo dos RSS); Categoria 2 - A incerteza sobre o manejo externo e a disposição final dos RSS; Categoria 3 - A importância do enfermeiro na elaboração do PGRSS e sua contribuição na assistência de enfermagem indireta; Categoria 4 - As ações de enfermagem na educação continuada e permanente para redução dos impactos ambientais causados pela falta do GRSS.

Categoria 1: Conhecimento sobre o RSS e a sua dificuldade em classificá-los

Nesta categoria, as enfermeiras abordadas discorreram sobre seu conhecimento acerca dos RSS abordando conceitos e as suas dificuldades em classificá-los conforme sua natureza, composição química, o grupo e a classe de risco que apresentam.

As falas a seguir confirmam o disposto acima:

[...] aqui, a gente divide entre branco e preto, tem o lixo comum e tem um lixo que é descartável, o lixo infectante hospitalar, eu digo branco porque aqui é a cor da embalagem que vem (Entrevistado 1).

[...] qualquer tipo de lixo contaminado, o perfurocortante principalmente, mas não só ele, como também materiais para curativo. Porque aqui a gente trabalha com o lixo branco e o lixo preto, então, tem que saber separar esses resíduos no local correto (Entrevistado 5).

[...] eu entendo assim, esses resíduos de serviço é o lixo que é discriminado, o limpo e o infectado [...] como que já faz muito tempo que eu estudei eu não sei especificar (Entrevistado 8).

[...] eu entendo que os resíduos são resultados da produção dos profissionais daquilo que eu produzo, do material de curativo, como eu posso dizer, é o resíduo da assistência prestada [...] eu sei que tem a classificação de cores e letras, eu não vou lembrar agora. O que a gente faz aqui, nós classificamos como perfurocortantes, infectocontagiosas que tem material que contém sangue ou alguma outra substância, eu sei que existe uma classificação, mas agora eu não me lembro (Entrevistado 10).

[...] o resíduo de saúde é todo é qualquer resíduo gerado na unidade de saúde a partir do uso do serviço de saúde. Então por exemplo, qualquer procedimento pode gerar um resíduo, pode ser um resíduo sólido que inclui perfurocortante, pode ser infectante, tem várias classificações, por exemplo, tem um resíduo comum que ele é como se fosse um resíduo residencial, normalmente o símbolo dele é aquele símbolo universal do reciclável, tem o resíduo infectante e dentro do infectante ele pode ser perfurocortante e pode ser um resíduo sólido não perfurocortante ou seja, é qualquer contaminante, pode ser uma luva contaminada, todo é qualquer material que passou por sangue, secreções então que tem o potencial contaminante (Entrevistado 12).

O tipo de resíduo que é gerado pela prestação da assistência é facilmente interpretado pelos profissionais da área da saúde, especialmente pelos profissionais de enfermagem (enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem) por ser a classe que mais presta assistência direta ao paciente, portanto tendo maior contribuição na geração destes RSS. Quanto a classificação destes resíduos, nem todos conhecem profundamente, sendo necessário ter o conhecimento da legislação vigente que diz respeito a

segregação, manejo e demais fases do processo de GRSS, conhecimento este que requer dos profissionais cuidados específicos para realizar o manejo adequado (TEIXEIRA *et al.*, 2018). O enfermeiro tende na sua grande maioria assumir papel de gerência em serviços de saúde nos diversos níveis de complexidade, neste sentido, atribui-se muito a questão do conhecimento limitado a respeito do GRSS ao fato da sobrecarga de trabalho, à formação acadêmica por ter abordado superficialmente a temática e até mesmo a falta de interesse por parte destes profissionais em desenvolverem habilidades e se aprimorarem sobre o processo de GRSS (SILVA; FREITAS, 2012). Conforme estudo realizado por Camargo; Melo (2017), onde foram entrevistados 15 responsáveis técnicos das Unidades Básicas e Ambulatórios de Saúde, sendo 01 dentista, 01 farmacêutico e 13 enfermeiros, evidenciou-se que os profissionais de saúde tinham dificuldades em responder as perguntas relacionadas ao RSS, mais especificamente sobre o conhecimento técnico acerca deste assunto e afirma ainda, que estes profissionais não participavam de educação continuada relacionada a esta temática, tornando mais dificultoso a compreensão acerca dos GRSS e das demais questões ambientais. Formiga *et al.*, (2013) revela em seu estudo que os enfermeiros conhecem o conceito dos RSS e com relação ao manejo que envolve diretamente a parte de segregação, classificação por grupos e classes de risco, afirmam que mais da metade dos entrevistados disseram que na instituição na qual trabalhavam era feita a segregação corretamente dos RSS (54,16%), no entanto o restante dos entrevistados afirmaram que não realizavam a segregação correta (29,16%), ou que até mesmo não sabiam dizer sobre a fase de segregação (16,65%). Barros *et al.*, (2010) inferiu em seu estudo que os profissionais de enfermagem (enfermeiros e técnicos de enfermagem) tem uma visão limitada acerca do conceito de RSS, visto que a falta desta sensibilidade acerca do conhecimento do resíduo impacta diretamente no manejo adequado do mesmo, tendo em vista que este desconhecimento pode gerar vários fatores que podem acarretar no descarte incorreto deste material.

Subcategoria 1.1: A falta de estrutura e oferta dos insumos dificultam o fluxo de segregação e manejo dos RSS: Nesta subcategoria, as perguntas foram feitas de modo a abordar a relação da geração de resíduos com a estrutura física do ambiente, os locais de armazenamento, descarte etc., bem como a oferta dos recipientes para segregação adequada dos RSS. Os enfermeiros relataram suas dificuldades quanto aos materiais e insumos que são disponibilizados em pouca quantidade, relataram ainda, que a falta do local apropriado dificulta o processo de manejo interno até a coleta destes resíduos.

As falas a seguir confirmam o disposto acima:

[...] se eu te mostrar nosso depósito de lixo você vai ver que não tem possibilidade de armazenar corretamente. Porque acontece o seguinte, aqui na unidade já faz algum tempo que está passando por reforma e até agora essa reforma não foi finalizada, até o prédio mesmo se você olhar como um todo e o local de descarte do lixo aqui só tenho o lixo infectante e o lixo comum, a questão do perfurocortante a gente já armazena aqui dentro mesmo na sala de curativo e espera virem buscar (Entrevistado 1).

[...] aqui um grande problema é que não vem a quantidade correta de saco de lixo para a gente desprezar, igual ao descartex mesmo, raramente vem e quando vem é em pequena quantidade, aí temos que improvisar e temos que montar em uma caixa (Entrevistado 5).

[...] o certo seria a gente ter uma lixeira específica para isso com papel discriminando qual tipo de lixo, esse lixo pode ser luva, seringa [...] a gente tem também o descartex que vem pouco, onde descartamos agulhas (Entrevistado 8).

[...] nós acondicionamos ou desprezamos em recipientes corretos, é o que a gente consegue fazer aqui, só que nós não temos um abrigo externo, nós não temos um local específico para agregar e armazenar esse material [...] então, o resíduo fica no DML (Depósito de Materiais de Limpeza), porque nós não temos o que seria correto [...] fechar aquele material no saco de lixo e já colocar ali no ambiente externo para que o profissional não tenha contato, mas aqui na unidade nós não temos um local adequado para armazenar (Entrevistado 10).

[...] eu acho que a dificuldade de qualquer enfermeiro é dar continuidade, tem unidade que não tem um abrigo de resíduos, tem unidade que não tem o serviço próprio de coleta, aqui tem, mas nem sempre a gente consegue fazer com que eles venham periodicamente, às vezes gera o acúmulo na unidade (Entrevistado 12).

Existe uma recomendação de como devem ser os recipientes para armazenamento dos RSS que visa facilitar não somente a etapa de segregação, mas como a todas as etapas do processo de GRSS, porém, não basta ter apenas os recipientes adequados se as condições físicas e arquitetônicas do ambiente não forem pensadas de forma a garantir uma segregação correta, essa relação tem que ser integrada de modo a garantir que ocorra o processo de GRSS do início ao fim, contemplando ainda as etapas de armazenamento interno e externo (OPAS, 1997). Durante as etapas do processo de gerenciamento dos RSS uma das consideradas mais importantes é a da segregação, nesta fase os profissionais geradores do RSS podem encontrar dificuldades com relação ao local/recipientes no qual deverá ser realizado o descarte, subentendendo que caso ocorra uma falha nesta etapa ficará comprometido todo o processo de GRSS, algumas dificuldades encontradas por profissionais de saúde são a falta de estrutura física das UBS e a falta de recursos humanos para realizarem adequada segregação e um correto manejo dos RSS (SILVA; FREITAS, 2012; CAMARGO; MELO, 2017). Conforme a RDC ANVISA de número 222, de 28 de março de 2018 que dispõe sobre os requisitos para boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, diz que os procedimentos relacionados ao GRSS ficam sob a responsabilidade do próprio gerador do resíduo, neste sentido, o fornecimento de insumos, estrutura física e recipientes adequados para a correta segregação e descarte se torna primordial para fazer-se cumprir a legislação vigente. Diante do exposto, foi percebido no presente estudo que as UBS não recebiam a quantidade de insumos adequadas e além disto, faltam recursos físicos e arquitetônicos para que ocorra um correto GRSS (BRASIL, 2018).

Categoria 2: A incerteza sobre o manejo externo e a disposição final dos RSS: Nesta categoria as perguntas foram voltadas para uma das etapas do processo de gerenciamento, que é a destinação final que os RSS recebem. Ao analisar as respostas nota-se que existe incerteza por parte das enfermeiras

entrevistadas com relação a esta etapa do processo de gerenciamento, visto que nesta fase a participação das mesmas se dá em sua grande maioria de forma indireta.

As falas a seguir confirmam o disposto acima:

[...] não sei te falar. Eu sei que tem a empresa que recolhe, eles passam aqui na minha unidade toda terça feira e recolhem o lixo contaminado, que são os do saco branco e os perfurocortantes. Para onde vai, onde é descartado e como é descartado eu não sei te falar. É uma empresa terceirizada que presta serviço para a prefeitura, eles vêm num carro branco, todos equipados, se o lixo não estiver segregado corretamente eles não levam (Entrevistado 4).

[...] eu não sei te falar essa parte. Sei que é no aterro sanitário, mas eu não sei te falar onde que ele fica, mas é no aterro. Eles passam uma vez na semana e pegam, geralmente na terça. O pessoal que faz a coleta também tem tudo separado no caminhão que eles vêm para buscar, eles utilizam os EPIS e lá eles colocam separadamente, tanto é que se a gente colocar misturado eles não levam o material. Então a gente tem que colocar lá identificado e separado se não eles não levam (Entrevistado 6).

[...] então, tem essa empresa que eu acho que é assim, uma equipe que vem buscar, a gente tem um local onde a gente armazena, condiciona ele lá até a empresa vir e buscar, eles buscam e fazem o destino. Os que precisam ser incinerados vão ser incinerados, agora para onde vão eu não sei, eu sei que eles vêm e buscam, mas eu não sei para qual local (Entrevistado 7).

[...] então, eu só sei até o ponto que eles buscam aqui, a gente só separa da cor dos sacos, das caixas de perfurocortantes, a gente coloca num lugar que é orientado aqui, não é exposto ao sol e toda quinta feira eles vêm buscar, agora para onde eles levam eu não sei (Entrevistado 15).

A resolução da ANVISA de número 222, de 28 de março de 2018 é bem clara quando se trata da geração dos RSS e fala que o gerador do resíduo deve estabelecer uma estratégia para proteção da saúde e de toda biodiversidade, uma estratégia relacionada ao GRSS está voltada para uma das etapas deste processo, que é a etapa de disposição final, sabe-se que esta deve ser ambientalmente adequada que não ofereça riscos à saúde humana ou animal. A partir deste pensamento, incluem-se os profissionais de enfermagem, em especial o enfermeiro (a) nesta fase do processo de GRSS, visto que este profissional tem papel primordial na elaboração dessas estratégias de manejo desde a segregação até a disposição final (BRASIL, 2018). O Plano de Gerenciamento dos Resíduos do Serviço de Saúde (PGRSS) é indispensável para o funcionamento de qualquer local que presta assistência à saúde, diante disto, o município de Anápolis através da lei complementar nº 377, de 05 de junho de 2018 vigente, reforça a necessidade da elaboração do PGRSS para os serviços geradores de RSS nos seus diversos seguimentos. Esta lei complementar abrange a legislação vigente, sendo que os serviços de saúde ficam sob responsabilidade fiscalizatória da vigilância sanitária do município. No PGRSS devem conter as estratégias de manejo do RSS desde sua geração até a disposição final, abordando assim todas as etapas de manejo dos RSS (ANÁPOLIS-GO, 2018; BRASIL, 2018). Segundo estudo realizado por Alencar *et al.*, (2014) as informações sobre a destinação final dos RSS têm sido pouco discutidas, ou não são discutidas, entre os membros das equipes das UBS e que os entrevistados de sua

pesquisa têm ciência dos malefícios que o descarte incorreto pode ocasionar ao meio ambiente, o estudo supracitado teve enfoque no descarte de medicamentos, mas traz à tona a preocupação com as demais classes de RSS, incluindo aqueles gerados em domicílios. Camargo; Melo, (2017) apontam em seu estudo que os profissionais abordados em seu estudo não têm conhecimento acerca do local onde são tratados e destinados os RSS gerados em sua unidade, mas conforme afirmam entender a importância da sua participação frente ao manejo adequado dos RSS, vindo a confirmar o estudo de Alencar *et al.*, (2014) supracitado no parágrafo acima (ALENCAR, *et al.*, 2014; CAMARGO, MELO, 2017).

Categoria 3: A importância do enfermeiro na elaboração do PGRSS e sua contribuição na assistência de enfermagem indireta: Para análise e discussão nesta categoria entende-se que o enfermeiro na sua grande maioria exercente de responsabilidade técnica tem importante contribuição na elaboração do PGRSS, sendo que após criar e aplicar o PGRSS este minimizará as possibilidades de danos à saúde devido a falta do adequado manejo e disposição final desses RSS, além disto, pode-se citar a relação desta categoria com a proteção do meio ambiente e a biodiversidade, sendo estas ações consideradas como assistência de enfermagem indireta. As falas a seguir confirmam o disposto acima:

[...] é importante desde a pessoa que gera todo esse resíduo até a que vai descartar, porque suponhamos que a gente coloque uma agulha no lugar errado, material este contaminado, então quem for recolher esse material pode se perfurar, além disso, ajudar na construção desse PGRSS para gente ter conhecimento de onde e como vai ser gerado o lixo, onde vai ser colocado, o descarte final desse lixo, qual o saco que vai colocar, se é o branco, se é o preto ou se é no descartex (Entrevistado 6).

[...] eu acho que o enfermeiro tem um conhecimento mais técnico científico então ele terá mais material, mais bagagem para contribuir na elaboração desse plano (Entrevistado 8).

[...] é primordial, é o enfermeiro que rege a unidade, é ele que coordena e com isso ele tem que saber tanto a orientação quanto a classificação para poder passar aos seus funcionários e estar observando para não gerar risco à população (Entrevistado 9).

[...] eu acho que é de suma importância, porque na verdade o enfermeiro que é o gestor e o gerente da unidade, então ele conhece melhor do que ninguém esse fluxo, o destino que tem que ser dado à esse material, por que nós que estamos ali produzindo o resíduo e descartando esse material (Entrevistado 10).

[...] o enfermeiro tem importância tanto na visão do gerar resíduo, quanto na preocupação lá na frente, porque já que nós somos os responsáveis por tudo aquilo que produzimos, então temos que ter um conhecimento para que aquilo não acarrete em problemas para outras pessoas [...] essa atenção maior não acaba aqui na unidade, vai até depois (Entrevistado 11).

[...] então, eu acredito que o enfermeiro seja importante por que ele é o gerente do serviço de saúde, normalmente, na maioria das vezes, ele é o gestor da assistência, ele é o gestor de quase tudo e quase todos os processos que ocorrem na unidade, então o enfermeiro é importante por isso, por que

ele gerencia bem a equipe. Não adianta só o enfermeiro saber ele tem que repassar para a equipe a equipe tem que dar continuidade nesse processo, então essa seria a importância do enfermeiro, sem falar que na própria graduação, nós já somos treinados para isso, a gente já recebe esse conhecimento desde lá (Entrevistado 12).

A assistência de enfermagem indireta pode ser considerada como uma ação/intervenção de enfermagem distante do paciente, porém, visando o seu benefício, sendo esta um suporte da assistência direta, cita-se neste contexto a participação do enfermeiro na elaboração do Plano de Gerenciamento dos Resíduos do Serviço de Saúde (PGRSS) devidamente regulamentado pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) através da Resolução COFEN – 303/2005, que no uso de suas atribuições legais e regimentais, habilita o enfermeiro a exercer função de responsabilidade técnica acerca da elaboração e implementação do PGRSS, sendo que este profissional deverá estar devidamente registrado no conselho profissional (COFEN, 2005). A confecção do PGRSS visa além de realizar adequado manejo em todas as etapas do processo de gerenciamento, a minimização ou até mesmo a não geração do RSS, atendendo a todas as normas da vigilância sanitária, conforme estudo realizado por Pereira; Moraes; Veiga (2017), não basta criar o PGRSS apenas para fazer-se cumprir as determinações legais se de fato na prática este não tiver a finalidade de reduzir os desperdícios, a geração exacerbada de RSS e os impactos ambientais.

Segundo o estudo realizado por Camargo; Melo (2017), o PGRSS não é conhecido do ponto de vista técnico pelos profissionais responsáveis técnicos das unidades e indiretamente por sua equipe de trabalho das UBS e ambulatórios de saúde, porém estes profissionais sabem a importância do seu envolvimento diário para minimização dos impactos gerados ao meio ambiente, cita ainda que a qualificação dos recursos humanos em educação ambiental são pontos chave para adesão à cultura de sustentabilidade, mudando o olhar profissional frente ao PGRSS. A participação dos profissionais de enfermagem na elaboração do plano de gerenciamento de resíduos e de extrema importância, sendo assim, os que mais lidam com os resíduos sólidos, onde deve-se ser debatido de forma ampla e interdisciplinar e procurar refletir a postura crítica, ecológica e comprometimento dos profissionais, envolvendo a ética social e responsabilidade ambiental (PEREIRA *et al.*, 2013). Portanto, se faz necessário capacitá-los para a concepção de ecoeficiência, justamente para melhorar o desperdício de resíduos, equivale em ampliar o conhecimento dos profissionais por meios de treinamentos com os técnicos capacitando-os na atuação de seus procedimentos (SISINNO; MOREIRA, 2005). As diretrizes curriculares do curso de graduação em Enfermagem e as Legislações específicas para o gerenciamento dos resíduos observa-se que o Enfermeiro tem capacidade para tal função, é o profissional mais próximo da equipe de saúde e que pode identificar qualquer manipulação inadequada desses resíduos e proporcionar as ações de gerenciamento (MENDES *et al.*, 2015).

Categoria 4: As ações de enfermagem na educação continuada e permanente para redução dos impactos ambientais causados pela falta do GRSS: Nesta categoria as perguntas foram feitas de forma que as entrevistadas pudessem expor os pontos de vista sobre o papel do enfermeiro como educador em saúde e para a saúde, além disso pôde ser evidenciada algumas atividades em caráter educativo que esta classe realiza frente aos possíveis impactos ambientais que

podem ser causados ao meio ambiente e à saúde devido ao inadequado GRSS, nessa abordagem ficou evidente que as entrevistadas também tinham uma preocupação acerca da proteção do trabalhador que lida diretamente com algumas fases do processo de gerenciamento dos RSS e mesmo que não realizassem um treinamento com os demais profissionais eram sempre realizadas capacitações/orientações individuais quando detectadas não-conformidades relacionadas ao adequado manejo dos RSS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu identificar o conhecimento dos enfermeiros, atuantes no serviço de AB no município de Anápolis-GO, sobre o processo deGRSS. Os resultados evidenciam os desafios encontrados por estes profissionais em se aprimorarem sobre o gerenciamento dos resíduos, atrelados neste sentido à educação continuada e permanentecom abordagem sobre PGRSS, segurança no trabalho e meio ambiente. Conforme revelado no estudo, as enfermeiras entrevistadasafirmaram conhecer o conceito do RSS, assim como conhecem com propriedade o manejo interno e algumas das fases do gerenciamento intra-unidade, porém mesmo diante de todo conhecimento prático de algumas etapas do processo de GRSSo que ficou evidente é que na maioria das UBS não dispunham de recursos físicos e estruturais, onde incluem-se neste contexto a oferta inadequada dos insumos necessários para o adequado manejo dos RSS, sendo que as enfermeiras tinham até mesmo que improvisarem recipientes para armazenamento dos resíduos contaminados e potencialmente contaminados, gerando risco iminente de ocorrer um acidente ocupacional.

A falta do conhecimento técnico acerca do PGRSS vem de encontro com o pouco contato com as legislações vigentes que abordam essa temática. O conhecimento das leis e resoluções com abordagem ambiental se faz necessário para a prática da assistência segura exercida pelo profissional de enfermagem, com ênfase no enfermeiro. O enfermeiro, como líder da equipe de enfermagem, desempenha um papel importante quanto à orientação e supervisão das etapas relativas ao adequado manejo dos RSS nas UBS, até o seu descarte final. Esse profissional articula-se com os demais atuando, tanto em situações terapêuticas quanto naquelas gerenciais, inclusive, participando das negociações das políticas institucionais, e demais atividades, onde pode-se citar a elaboração do PGRSS. Acredita-se que espaços de reflexão, no cotidiano da assistência, podem produzir mudanças na realidade de trabalho. Essa investigação desperta para a necessidade de implantação de estratégias de educação, objetivando minimizar agravos à saúde e ao meio ambiente oriundos do descarte incorreto dos RSS. Sugere-se a realização de outros estudos com essa temática,devido à sua relevância não só para o profissional de enfermagem, como também para a sociedade, visto que o PGRSS contribui com a saúde humana de forma direta e indireta, além de preservar o meio ambiente. É esperado que os gestores de saúde busquem estabelecer vínculo de confiança fornecendo aos colaboradoreseducação continuadacom o foco nas dificuldades enfrentadas nas UBS, fazendoassim com que o profissionalse sintaresponsávele comprometido com a gestão dos RSS, independentemente do nível de formação. Por tanto fica evidente a necessidade de capacitação sobre essa temática nas UBS, através da educação permanente, visto que,se tratando de um ambiente de prestação de assistência à saúde, há riscos físicos, químicos e biológicos

e para cada um deles existem normas específicas disponíveis, visando proteger o profissional, a população e o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Tatiane de Oliveira Silva; MACHADO, Carla Silva Rocha; COSTA, Sônia Carine Cova; ALENCAR, Bruno Rodrigues. Descarte de medicamentos: uma análise da prática no Programa Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 7, p. 2157-2166, jul, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000702157&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014197.09142013>.
- ANÁPOLIS/GO, Prefeitura Municipal de. Secretarias e Órgãos / Saúde / UNIDADES DE SAÚDE. Anápolis-GO, 2018. Disponível em: <<http://anapolis.go.gov.br/portal/secretarias/saude/pagina/unidades-de-saude/>>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- ANÁPOLIS/GO, Prefeitura Municipal de. Aspectos Geográficos. Anápolis-GO, 2018. Disponível em: <<http://anapolis.go.gov.br/portal/anapolis/aspectos-geograficos/>>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- ANÁPOLIS/GO. Prefeitura Municipal. Lei complementar nº 377, de junho de 2018. Institui o Código Sanitário do município de Anápolis, dispõe sobre a fiscalização sanitária, o alvará de licença sanitária e alvará de licença sanitária veicular, configura as infrações, estabelece as sanções respectivas pelo descumprimento da legislação e dá outras providências. Anápolis-GO, 2018. Disponível em: <http://www.leis.anapolis.go.gov.br/leis/page/listaLeisComplementar.jsf>>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BACKES Marli Terezinha Stein; BACKES Dirce Stein; DRAGO Livia Crespo; KOERICH Magda Santos; ERDMANN AlacoqueLorenzini. Cuidado ecológico como um fenômeno amplo e complexo. *Rev. bras. enferm.*, Brasília, v. 64, n. 5, p. 876-881, Oct. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672011000500012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 nov. 2018.
- BARROS, A.G. *et al.* Gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde: visão de enfermeiras e técnicos. *Rev enferm UFPE on line*, v. 4, n. 4, p. 1780-784, out./dez.,2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/6363-11328-1-PB.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- BATAGLIN, Magali Scapin; SOUZA, Martha Helena Teixeira de; CAMPONOGARA, Silviamar. CONHECIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM SOBRE A SEGREGAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM AMBIENTE HOSPITALAR. *Ensino, Saúde e Ambiente – V5 (3)*, pp. 69-83, dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente_backup/artic/e/view/14511/9116>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Planejamento das Ações de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde: Orientações, Brasília, 2018. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientacoes_pla

- nejamento_acoes_educacao_permanente.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- BRASIL, Ministério da Saúde – MS, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://portal.imprensanacional.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/8436198/do1-2018-03-29-resolucao-rdc-n-222-de-28-de-marco-de-2018-8436194>. Acesso em 26 set. 2018.
- BRASIL, Ministério da Saúde - MS, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília DF, Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gerenciamento_residuos.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- BRASIL, Ministério da Saúde - MS, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão na Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: O que tem se tem produzido para o seu fortalecimento? Brasília DF, Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2019.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=462>>. Acesso em 26 set. 2018.
- BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Política nacional de resíduos sólidos [recurso eletrônico]. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em <https://fld.com.br/catadores/pdf/politica_residuos_solidos.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CAMARGO, Ândrea Regina de; MELO, Ismail Barra Nova de. A percepção profissional sobre o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde em unidades básicas e ambulatoriais de saúde em um município da Região Metropolitana de Sorocaba, SP, Brasil. O Mundo da Saúde, São Paulo, 41(4):633-643, 2017. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/mundo_saude_artigos/percepcao_gerenciamento_residuos.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- COFEN, Conselho Federal De Enfermagem. RESOLUÇÃO COFEN-303/2005. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-3032005_4338.html>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- COFEN, Conselho Federal De Enfermagem. RESOLUÇÃO COFEN Nº 0509/2016. Atualiza a norma técnica para Anotação de Responsabilidade Técnica pelo Serviço de Enfermagem e define as atribuições do enfermeiro Responsável Técnico. Brasília DF, 2017. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05092016-2_39205.html>. Acesso em: 09 nov. 2018.
- COFEN, Conselho Federal De Enfermagem. RESOLUÇÃO COFEN Nº 564/2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília DF, 2017. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html>. Acesso em: 26 ago. 2018.
- COREN/GO, Conselho Regional de Enfermagem de Goiás. Protocolo de Enfermagem na Atenção Primária à Saúde no Estado de Goiás. 3 ed. Goiânia GO, Conselho Regional de Enfermagem de Goiás, 2017. Disponível em: <<http://www.corengo.org.br/wp-content/uploads/2017/11/protocolo-final.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- COSTA, Simone de Melo; PRADO, Maria Clara Martins; ANDRADE, Thais Nunes; ARAÚJO, Eva Patrícia Pereira; SILVA JUNIOR, Waldir de Souza; GOMES FILHO, Zenilton Charles; RODRIGUES, Carlos Alberto Quintão. Perfil do Profissional de Nível Superior nas Equipes da Estratégia Saúde da Família em Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. RevBrasMedFam Comunidade [online]. 8:90-6, 2013. Disponível em: <<http://www.rbmf.org.br/rbmf/article/view/530>>. Acesso em: 25 nov. 2019. DOI: [https://doi.org/10.5712/rbmf8\(27\)530](https://doi.org/10.5712/rbmf8(27)530).
- FORMIGA, Laura Maria Feitosa, et al. Conhecimento do enfermeiro acerca do destino dos resíduos hospitalares. Revista Multiprofissional em Saúde do Hospital São Marcos, v. 1, n. 1, p. 31-39, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7945/1/2013_art_lholima2.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2018.
- FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 nov. 2018.
- GUSMÃO, O. S. et al. Reciclagem artesanal na UEFS: Estratégia educacional na Valorização do Meio Ambiente. In: CONGRESSO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE NA BAHIA, Salvador: UFBA, p 56-58, 2000.
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população, 2018. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/anapolis.html>>?. Acesso em: 31 jan. 2019.
- IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -. Diagnóstico dos Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde. Brasília, DF. 2012. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatorio_pesquisa/121009_relatorio_residuos_solidos_urbanos.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.
- LIMA, Eliane de Fátima Almeida; SOUSA, Ana Inês; PRIMO, Cândida Caniçali; LEITE, Franciele Marabotti Costa; SOUZA, Maria Helena Nascimento de; MACIEL, Ethel Eleonor Nóia. Perfil socioprofissional de trabalhadores de equipes saúde da família. Revenferm UERJ. Rio de Janeiro, 24(1):e9405, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/9405>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2016.9405>.
- MEDEIROS Adriane Calvetti de; ZAMBERLAN Claudia; SVALDIII Jaqueline Dei; SIQUEIRA HediCrecenciaHeckler. Ambiente, saúde e enfermagem no contexto ecossistêmico. Rev. bras. enferm. Brasília, v. 66, n. 4, p. 603-606, agosto de 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S

- 0034-71672013000400021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de novembro de 2018.
- MENDES, Walkiria de Carvalho *et al.* Conhecimento e prática de trabalhadores, profissionais e gestores sobre os resíduos de serviços de saúde. *Rev. Pesqui. Cuid. Fundam.* v. 7, n. 4, p. 3216-3226, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/3684-26050-2-PB.pdf >. Acesso em: 25 nov. 2019. DOI: 10.9789/2175-5361.2015.v7i4.3216-3226.
- MOREIRA, Ana Maria Maniero; GUNTHER, Wanda Maria Risso. Gerenciamento de resíduos sólidos em centros de saúde básica: aplicação de uma ferramenta de facilitação. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 24, e2768, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-1169201600100387&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.0646.2768>
- OLIVEIRA, Luana Pontes; MENDONÇA Isabela Vieira dos Santos; GOMES Sâmea Cristina Santos; CALDAS Arlene de Jesus Mendes. Fatores associados ao manejo adequado de resíduos de serviços de saúde entre profissionais de enfermagem. *Rev. baiana enf. São Luís MA*, v. 32, 2018. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/25104/15728>>. Acesso em: 07 ago. 2018.
- OLIVEIRA, Wágna Maria de Araújo; BEZERRA, Ana Lúcia Queiroz. AUTOAVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA POR ENFERMEIROS. *Rev. enferm. UERJ*. Rio de Janeiro, 19(1):20-5, jan-mar, 2011. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v19n1/v19n1a04.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. Centro Pan-Americano de Engenharia Sanitária e Ciências do Ambiente. Guia para o manejo interno de resíduos sólidos em estabelecimentos de saúde / Tradução de Carol CastilloArgüello. – Brasília, DF, 1997. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&alias=209-guia-para-o-manejo-interno-residuos-solidos-em-estabelecimentos-saude-9&category_slug=saude-e-ambiente-707&Itemid=965>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- PEREIRA, Milca Severino; SOUZA, Adenícia Custódio Silva e. Problemas ambientais, sustentabilidade e a pesquisa em enfermagem. *Rev. Eletr. Enf. Goiânia GO*, v. 15, n. 2, abr-jun. 2013. Disponível em: < <http://www.fen.ufg.br/revista/v15/n2/pdf/v15n2a01.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2018.
- PEREIRA, Samanta Vieira; MORAES, Maria Julia Carvalho Pimenta de; VEIGA, Lilian Bechara Elabras. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE, DESAFIOS E ECOEFICIÊNCIA: estudo de caso em um Hospital no Rio de Janeiro. XIX ENGEMA. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/483.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- PERES, Roger Rodrigues; CAMPONOGARA, Silviomar; COSTA, Valdecir Zavarese da; TERRA, Marlene Gomes; NIETSCHKE, Elisabeta, Albertina. Educação ambiental para docentes enfermeiros: percepção e relação com a formação do enfermeiro. *Rev. Gaúcha Enferm.*, Porto Alegre, v. 36, n. spe, p. 85-93, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472015000500085&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 ago. 2018.
- RODRIGUES, Aline Sueli de Lima; BASTOS, Adriano Antonio; MALAFAIA, Guilherme. Análise do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde Gerados na Unidade Básica de Saúde do Município de Urutaí, Goiás, Brasil. *Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer*. v.6, n.11, Goiânia, 2010. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2010c/analise%20do%20gerenciamento.pdf>>. Acesso em 31 ago. 2018.
- SISINNO, Cristina Lúcia Silveira; MOREIRA, Josino Costa. Ecoeficiência: um instrumento para a redução da geração de resíduos e desperdícios em estabelecimentos de saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1893-1900, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000600039&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2005000600039>.
- SILVA, Maria Aparecida. FREITAS, Iara de Moura. A IMPORTÂNCIA DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE. *Estudosvida e saúde*, Goiânia, v. 39, n. 4, p. 493-505, out./dez., 2012. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/view/2663/1625>>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- SOUZA, Débora Duarte. Importância do Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (GRSS) na Estratégia de Saúde da Família (ESF). Governador Valadares, MG. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. Disponível em: < <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2780.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2018.
- TEIXEIRA, Matheus Veber; ECHEVARRÍA-GUANILO, Maria Elena; KNUTH, Franco Goulart; CEOLIN, Teila. Avaliação da Gestão dos Resíduos em Unidades Básicas de Saúde de um Município Sul-Brasileiro. *Rev Fund Care Online*. 10(3):824-831, jul-set, 2018. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/viewFile/6237/pdf_1>. Acesso em: 10 ago. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i3.824-83>.
